

Reflexões sobre o Decreto nº. 11.079/22 que instituiu a Política Nacional para Recuperação das aprendizagens

Marcele da Silva Santos ¹

Renato Silva ²

RESUMO

Esta comunicação oral apresenta um fragmento da tese de doutorado em andamento, cujo objetivo principal é investigar as políticas públicas educacionais pós-pandemia de COVID-19, com ênfase no monitoramento de situações de abandono e evasão escolar. A pesquisa visa analisar os impactos da pandemia na educação, particularmente no que se refere à permanência regular dos alunos na escola, um fenômeno que pode ter se intensificado em áreas vulneráveis. Para tal examinamos o Decreto nº 11.079/22 revogado em 28/02/2025, que instituiu a Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens, implementada pelo Governo Federal. O documento propõe medidas como a busca ativa para reintegração dos alunos ao ambiente escolar, a implementação de um sistema de alerta preventivo para risco de abandono escolar e um sistema de gestão de vagas nas escolas. Aponta a importância de campanhas de conscientização, como a divulgação do Disque Direitos Humanos, para promover a proteção dos estudantes. Além disso, ressalta a necessidade de fortalecer a parceria entre a escola e a família, considerando que essa colaboração mútua é fundamental para o êxito das iniciativas propostas. Essa investigação almeja oferecer uma contribuição significativa para o entendimento das dinâmicas educacionais pós-pandemia e para o desenvolvimento de soluções mais eficazes na promoção de uma educação inclusiva e equitativa, alinhada com as necessidades e desafios impostos pela pandemia e pelo contexto socioeconômico atual.

Palavras-chave: Decreto nº 11.079/22, Evasão escolar, Pós-pandemia, Políticas públicas educacionais.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá - RJ, rjcelly@hotmail.com;

² Professor orientador: Pós-doutor em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - RJ, redslv333@gmail.com;

